

A SUBSISTÊNCIA DA PESCA NA AMAZÔNIA

Pescadores de pequena escala do Baixo Araguaia na superficialidade das políticas públicas do Estado

Osmar Cidil Batista Valverde¹

Resumo: Este artigo tem como objetivo refletir sobre o status situacional da pesca de pequena escala no Baixo Araguaia a fim de alavancar dados sobre pescadores e ribeirinhos desta mesorregião. Ademais, buscou-se ressaltar sobre a importância dessas populações tradicionais com destaque inicial ao processo de ocupação política na Amazônia e de que maneira os saberes empíricos estão amalgamados com a prática da pesca. Metodologicamente, houve levantamento bibliográfico sobre atuações históricas do Estado na construção de políticas públicas com os pescadores de pequena escala de São Geraldo do Araguaia-PA e aplicou-se entrevistas com o monitoramento participativo de pesca, no qual trataremos dos dados alavancados no ano de 2019. O apontamento da situação da comunidade pesqueira diante das políticas públicas do Estado (seguro defeso, ou seguro-desemprego da pesca) sugere participação mais efetiva dos agentes e instituições públicas no sentido de mitigar conflitos e deformidades no emprego das demandas de trabalho dos pescadores e pescadoras de pequena escala, a fim de rever prováveis alterações ao modo de vida tradicional desses povos.

Palavras-chave: Políticas públicas; Comunidades ribeirinhas; Pesca de pequena escala.

THE SUBSISTENCE OF FISHING IN THE AMAZON

Small-scale fishermen of Lower Araguaia in the superficiality of state policy

Abstract: This article aims to reflect on the situational status of small-scale fishing in Lower Araguaia in order to leverage data on fishermen and riverbank dwellers in this mesoregion. Furthermore, we tried to emphasize the importance of these traditional populations with initial emphasis on the process of political occupation in the Amazon and how the empirical knowledge is amalgamated with the practice of fishing. Methodologically, there was bibliographical survey on historical performances of the State in the construction of public policies with the small-scale fishermen of São Geraldo do Araguaia-PA and applied interviews with the participatory monitoring of fishing, in which we will deal with the data leveraged in the year 2019. The indication of the situation of the fishing community before the State's public policies (counter-season insurance, or unemployment insurance for fishing) suggests more effective participation of public agents and institutions in order to mitigate conflicts and deformities in the employment demands of small-scale fishermen and fisherwomen, in order to review probable changes to the traditional way of life of these people.

Key words: Public policies; Riverine communities; Small-scale fishing.

¹ Osmar Cidil Batista Valverde é mestrando em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, com o projeto: "O Conhecimento Ecológico e a "costura" com o etnodesenvolvimento local: uma abordagem a partir de pescadores e pescadoras de São Geraldo do Araguaia". E-mail: cidilvalverde@unifesspa.edu.br

LA SUBSISTÊNCIA DE LA PESCA EM LA AMAZONIA

Pescadores de pequena escala del Bajo Araguaia en la superficialidad de las políticas de Estado

Resumen: Este artículo pretende reflexionar sobre el estado de situación de la pesca artesanal en el Bajo Araguaia para aprovechar los datos de los pescadores y ribereños de esta mesorregión. Además, se busca resaltar la importancia de las poblaciones tradicionales con respecto al proceso de ocupación política en el Amazonas y la manera en que los conocimientos empíricos se combinan con la práctica de la pesca. Metodológicamente, se hizo un relevamiento bibliográfico sobre las actuaciones históricas del Estado en la construcción de políticas públicas con los pescadores artesanales de São Geraldo do Araguaia-PA y se aplicaron entrevistas con el monitoreo participativo de la pesca, en las que se tratarán los datos apalancados en el año 2019. La indicación de la situación de la comunidad pesquera ante las políticas públicas del Estado (seguro de contraestación, o seguro de desempleo para la pesca) sugiere una participación más efectiva de los agentes e instituciones públicas para mitigar los conflictos y deformaciones en las demandas de empleo de los pescadores y pescadoras artesanales, para revisar los probables cambios en el modo de vida tradicional de estos pueblos.

Palabras-clave: Políticas públicas; Comunidades ribereñas, Pesca artesanal.

INTRODUÇÃO

A geopolítica na Amazônia ocorreu/ocorre de maneira unilateral, ou seja, há a participação política efetiva dos atores populares nos determinantes de territórios amazônicos (BECKER, 2005). Observa-se que são pontuais as bibliografias que discorrem sobre os impactos socioambientais oriundos dos projetos de

desenvolvimento econômico na Amazônia, essa pontualidade é o substrato, sobretudo, do fomento limitado às pesquisas.

A construção do Estado com leis determinante e que têm objetivo de governar, cuja construção parte de uma coletividade humana, é bastante antiga, nesse sentido, essa concepção pode ser datada paralelamente às ideias que emergiram de processos humanos como a de direitos humanos e democracia (CARNOY, 1988, p.20).

Segundo Silva et al (2015), a ocupação descontrolada do território e conflitos pelo uso de terra, além de inúmeros outros fatores, estão diretamente ligados ao processo de desenvolvimento amazônico influenciado pelo Estado. Nesse sentido, a integralização da Amazônia brasileira para valorização do capital/mercado nacional e internacional a partir da década de 1960, significa a transformação dos recursos naturais em valores financeiros, além do incentivo à mercantilização da força de trabalho (HÉBETTE, 2004, p. 62).

A Amazônia, no entanto, estaria passando pela concepção de modernidade eurocêntrica discutida por Dussel (2005), no qual a modernidade seria uma saída da imaturidade que proporciona um novo desenvolvimento humano. Nessa perspectiva, os pressupostos de desenvolvimento amazônicos estão sujeitos à Trans-Modernidade² para justificar a abstenção da modernidade sobre os efeitos de sua efetivação (DUSSEL, 2005).

Os questionamentos e investigações vinculados ao processo metodológico da pesquisa-ação são, portanto, maneiras de construir interpretações das realidades de forma coletiva e que todos os aspectos possíveis sejam envolvidos. Nesse sentido, acredita-se que a pesquisa como instrumento de investigação é uma ferramenta importante para mitigar a lacuna que ainda existe entre a teoria e a prática (ENGEL, 2000), lacunas que tomam evidências nos processos de ocupação humana da Amazônia.

Almeida (2004) considera que os grandes projetos de transporte visam basicamente aspectos quantitativos e financeiros, portanto, não reconhecem a infraestrutura como elemento do bem-estar social, além de negligenciar impactos socioeconômicos e socioambientais.

Silva et al. (2015) pontua que as estratégias de participação de estados e municípios na criação de políticas intra-locais são importantes de igual modo às políticas macro para lidar com as questões conflituosas recorrentes na ocupação da

² "Trans-Modernidade" ou "Transmodernidade", indica todos os aspectos que se situam "além" (e também, cronologicamente, "anteriores") das estruturas valorizadas pela cultura euro-americana moderna, e que, atualmente, estão em vigor nas grandes culturas universais não europeias e foram se movendo em direção a uma utopia pluriversal (DUSSEL, 2005).

Amazônia, como expropriação de terras, massacres, turbação e esbulho de terras, etc. Nessa perspectiva, as políticas de curto e médio prazos tornam-se fundamentais para a efetividade das ações mitigatórias do Estado para com as diversas questões fundiárias na Amazônia (LOUREIRO; PINTO, 2005, p. 95).

Nesse sentido, as políticas públicas estão amalgamadas com a participação efetiva do Estado e são consolidadas com utilização das leis e/ou decretos que garantam regulação do trabalho Loureiro; Pinto (2005). Iglesias (2006) pontua ainda que na América Latina foram pontuais os países que avançaram na reprodução do Estado Democrático.

Nessa perspectiva, destaca-se a usurpação do Estado pelos interesses privados (IGLESIAS, 2006). Esses fatos estão intimamente ligados a eficiência do mercado com suas distribuições desiguais de renda, além de possibilitar supostas redes de corrupção. O Estado, por essa percepção, não exerce a função de equilíbrio e consenso entre os interesses públicos e privados.

Conciliada a essa realidade de ausência de ações efetivas do Estado Democrático está a importância de levantamentos de dados sobre as discussões relativas à pesca de subsistência no Baixo Araguaia, assim como a garantia do seguro defeso por meio de políticas efetivas do Estado para com os pescadores de pequena escala.

O seguro defeso foi fomentado como política pública a partir da década de 1990, em menção da Lei nº 8.286 de dezembro de 1991 que foi sancionada e se tornou política pública nacional na gestão do presidente Fernando Collor de Mello, a mesma sofreu alterações e adequações ao longo desses anos. Essa legislação trouxe o objetivo de preservar espécies aquáticas e garantir fonte de renda por meio de políticas públicas para permanência de pescadores na atividade pesqueira (PEDÓ, DOS SANTOS, 2015, p. 188).

Esta política pautada atualmente pela Lei nº 10.779 de 25 de novembro de 2003 pressupõe, no artigo 2º, §4º, que o Ministério da Previdência Social, juntamente com o Ministério de Pesca e Aquicultura, é responsável pela sistematização dos dados de pesca e disponibilidade do Registro Geral de Pesca-RGP para o Instituto Nacional de Seguro Social-INSS (BRASIL, 1988). Nesse sentido, é competência do INSS processar os requerimentos e habilitar os benefícios do seguro desemprego da pesca.

O período do defeso da pesca é fixado, segundo o artigo 1º, §2º da Lei nº 10.779 de 25 de novembro de 2003, pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA. Esse órgão é responsável pelo destaque das espécies marinhas, fluvial ou lacustre, pelo qual estarão defendidas nos determinados períodos de defeso (BRASIL, 1988).

De acordo com a Lei nº 11.959 de junho de 2009, artigo 3º, é competência do poder público a regulamentação da Política Nacional do Desenvolvimento Sustentável da Atividade Pesqueira. O §2º do artigo 3º da lei em questão pressupõe aos Estados e Distrito Federal o ordenamento da pesca de águas continentais, bem como as respectivas jurisdições competentes para as bacias hidrográficas (BRASIL, 1988).

No Brasil, a pesca continental tem tomado visibilidade nos últimos anos, porém, juntamente com esse crescente, surgiram problemas socioambientais, como declive do número de espécies pescadas, sobreposição de utilização dos espaços de pesca como rios e lagos, etc, são pontualidades que estão direta ou indiretamente relacionadas a pesca. A pesca continental é considerada como pesca de pequena escala, pois, comparada a modalidade de pesca costeira, a escala dos números e registros ainda são inferiores (DIEGUES, 1983).

Todavia, a pesca continental deve ser considerada como uma atividade de caráter socioeconômica bastante representativa pelos diversos setores que ela movimenta, com isso o seguro defeso torna-se uma política pública direcionada ao subsídio à renda para os pescadores artesanais nos períodos em que a pesca comercial é suspensa (PEDÓ, DOS SANTOS, 2015, p. 192).

A pesca comercial, partindo desse pressuposto, pode ser praticada por pescador profissional autônomo ou vinculado à industrialização, como pessoas físicas ou jurídicas que desenvolvam vínculos empregos ou apenas por parcerias. Uma característica marcante da pesca comercial é o uso de embarcações de pequeno, médio e grande porte (CATELLA, 2004).

A pesca de pequena escala na cidade de São Geraldo do Araguaia é marcante no sentido de estar intrinsecamente ligada ao cotidiano dos comunitários. Foram acompanhadas n= (14) unidades familiares no ano de 2019, o acompanhamento na modalidade monitoramento envolveu visitas quinzenais às unidades familiares.

Os pescadores comerciais são autônomos que, na maioria das vezes, buscam parcerias entre as unidades familiares para a realização das pescarias. O ciclo pesqueiro desses pescadores pode ser compreendido como as pescarias realizadas durante uma semana, ou seja, parte desde a organização para o início do ciclo (compras ou reparos nas malhadeiras, mantimentos e combustível), até a comercialização do pescado, que, geralmente, ocorre aos domingos na feira urbana. Esse ciclo ocorre fundamentalmente para pescadores que precisam se deslocar e acampar ao longo do Rio Araguaia para pescar (VALVERDE, 2020).

A pesca de pequena escala e/ou pesca de subsistência no Baixo Araguaia, com foco nos pescadores da cidade de São Geraldo do Araguaia no sudeste do

estado do Pará, deve ser inserida como importante atividade de economia de base familiar (VALVERDE, 2020, p. 81), no sentido de reconhecer os atores da comunidade pesqueira e propiciar a valorização do trabalho.

Partindo, porém, das análises pressupostas, destaca-se que este artigo busca como objetivo refletir sobre a pesca de pequena escala no Baixo Araguaia, a fim de levantar dados situacionais da pesca e dos pescadores e ribeirinhos, destacando a importância dos modos de vida mesclados aos saberes empíricos, bem como indicar quanto aos direitos às políticas públicas, como o seguro desemprego da pesca (seguro defeso), e apontar eventuais impactos socioambientais.

METODOLOGIA

Este trabalho parte de uma demanda investigativa sobre as políticas públicas direcionadas aos atores da cadeia produtiva de pesca do Baixo Araguaia com foco para pescadores de pequena escala de São Geraldo do Araguaia-PA. Inicialmente, foi feito um levantamento bibliográfico que discute, de forma direta ou indiretamente, sobre os processos políticos de ocupação humana da Amazônia, como (ALMEIDA, 2004; HÉBETTE, 2004; BECKER, 2005; LOUREIRO; PINTO, 2005; SANTILLI, 2009; CALEGARI et al, 2013; SILVA et al., 2015).

O segundo segmento metodológico se dá por meio de entrevistas dentro do “Programa de Monitoramento e Gestão Participativa da Pesca Artesanal como Instrumento de Desenvolvimento Sustentável em Comunidades da Região Amazônica (TO/PA/RR) - Propesca”, o mesmo teve suas primeiras ações em comunidades ribeirinhas no Pará no ano de 2016 e segue, por meio de parcerias, na investigação para compreensão das realidades das populações tradicionais.

Para tanto, foram montados formulários de entrevistas semiestruturadas com abordagens específicas para o local, além de rodas de conversas e pesquisa etnográfica. Para a realização das entrevistas, foram estruturadas rodas de conversas, assim, pretende-se adotar a metodologia conhecida como Bola de Neve (Snowball). Goodman, em 1961, *apud* Baldin; Munhoz (2011) discorre que nesta metodologia “encontramos as sementes”, que são os primeiros sujeitos abordados e precisam ter vínculo com a localidade e conhecimento de causa das práticas ali realizadas. Os demais sujeitos que são indicados pelos primeiros são considerados os “filhos das sementes”.

Historicamente, as populações tradicionais sempre foram abandonadas por via das políticas públicas governamentais (SANTILLI, 2009). As comunidades de Ilha

de Campo e Santa Cruz dos Martírios são comunidades ribeirinhas do município de São Geraldo do Araguaia que são caracterizadas como “comunidades atrasadas”.

O estereótipo de atraso característico pelo modelo de desenvolvimento capitalista, no entanto, não possui vigor em relações as comunidades tradicionais, que geralmente buscam um modelo de interpretação da realidade baseada nas relações e convivências com o meio natural, ou seja, em concordância com Porto-Gonçalves (2001), o cotidiano desses atores está repleto de re-existência sociocultural e histórica que não advém dos modelos orientais de organização social.

Compreender essa realidade espaço/tempo como complexa é fundamental para os métodos de pesquisa. Assim como assinala Callegari et al. (2013), os fatores ambientais, as dinâmicas de deslocamentos dos pesquisadores, os custos que geralmente se tornam altos para o desenvolvimento das pesquisas de campo são fatores que exigem ações de pesquisa para além dos hábitos do que se constituiu o fazer ciência.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O município de São Geraldo do Araguaia está localizado no sudeste do estado do Pará com área de 3.270 km² (IBGE, 2017). São Geraldo é uma das muitas cidades situadas à margem paraense do Rio Araguaia e as características ribeirinhas são marcantes para o cotidiano dos moradores locais.

A pesca é uma das principais atividades socioeconômicas desenvolvidas no município, isso se dá pela proximidade com o Rio Araguaia e com o fluxo humano no município (VALVERDE, 2020). O pescado é comercializado e consumido *in lócus*, importante ressalva que as próprias unidades familiares de pesca são responsáveis por parte do consumo desse pescado, uma pequena parcela é exportada para outros municípios vizinhos.

Foram abordados n= (14) unidades familiares de pescadores de pequena escala ou subsistência que residem na sede do município de São Geraldo do Araguaia-PA no período no qual é regulamentado para a prática da pesca comercial, o mesmo é compreendido de março a outubro do ano de 2019. A produtividade foi anotada em formulários semanais por meio do automonitoramento, no qual eram recolhidas em visitas da monitoria que variavam em um intervalo de 15 ou 30 dias, a depender da sazonalidade amazônica.

As n= (14) unidades familiares que participaram dessa pesquisa estão associadas à colônia de pesca Z-89 de São Geraldo do Araguaia e dependem das políticas do seguro defeso da pesca para garantia da atividade pesqueira. Em

concordância com Schmitz et al, (2013), as diferentes compreensões e a operacionalização da política pública do seguro defeso causam um descompasso entre a concepção e a efetivação do benefício, no estudo de caso deste trabalho, destaca-se a disparidade entre os acessos cronologicamente imprevisíveis ao recurso financeiro do seguro defeso e a liberação legal para a pesca comercial.

No estado do Pará, uma parcela significativa da população está envolvida direta ou indiretamente com a atividade pesqueira, em alguns municípios a pesca se torna uma atividade socioeconômica de total importância, o que torna o seguro defeso uma política pública fundamental e indispensável para garantia da pesca em equilíbrio com o ecossistema (DE ALMEIDA GOUVEIA et al, 2015, p. 84).

É característico das comunidades tradicionais amazônicas estarem situadas em locais de difícil acesso (VIANNA, 2003; CALEGARI et al, 2013), tais como estradas sem pavimentação e locais de difícil navegação nos rios. Nessa perspectiva, o acesso às comunidades se tornou uma das dificuldades ao longo de toda a pesquisa tanto pelas péssimas condições das estradas locais, como pela difícil navegabilidade do rio.

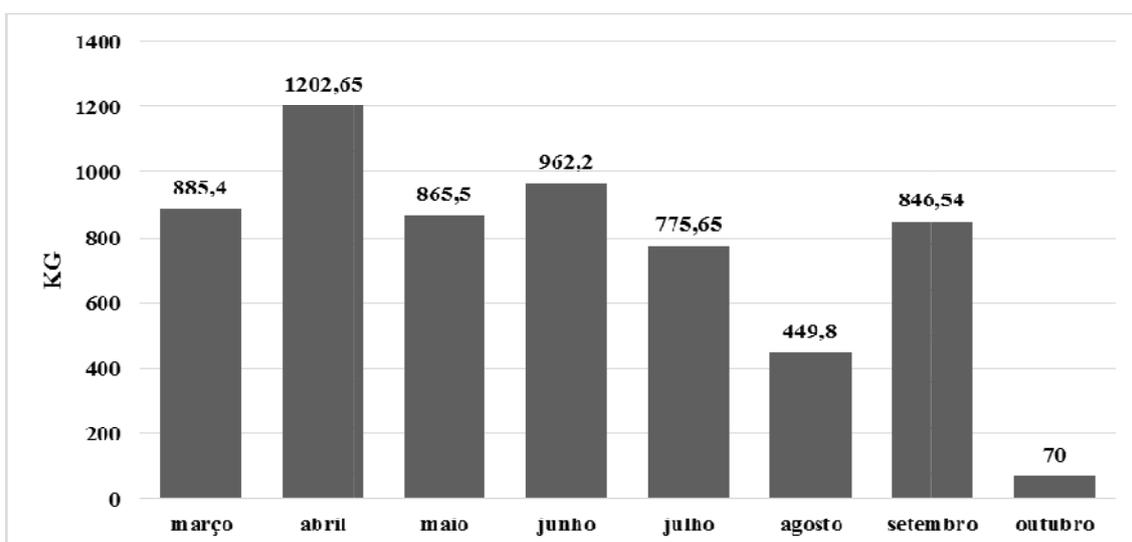
No entanto, os pescadores e pescadoras desenvolvem bastante habilidades em enfrentar esses obstáculos diuturnamente, uma vez que possuem conhecimentos detalhados sobre o rio como ambiente de pesca e vivências. Isso pressupõe que estratégias de etnodesenvolvimento são elaboradas por esses povos, as mesmas garantem a sobrevivência das unidades familiares em meio a superficialidade das políticas públicas, tais como o descompasso temporal diante ao acesso ao recurso financeiro.

Dentro dessa concepção de políticas estatais plausíveis, a implementação de grandes empreendimentos de fomento econômico para a Amazônia ocorre em uma linha contrária à efetividade de políticas públicas de base, ou seja, se por um lado o seguro desemprego da pesca não garante a seguridade da atividade, por outro, projetos de grande extensão geográfica e financeira, como os projetos de hidrelétricas para o Rio Araguaia e hidrovias como a Araguaia-Tocantins, propagam-se com mais evidências a cada dia.

Nessa perspectiva, a pesquisa detecta essa realidade para com os pescadores de São Geraldo do Araguaia, pois os interlocutores relatam que a política pública não se torna efetiva para com a realidade dos pescadores, ou seja, o recurso financeiro que deveria estar disponível nos períodos de proibição de pesca comercial torna-se um processo descompassado para os períodos de cumprimento das exigências legais sobre a pesca. Dessa maneira, nota-se a necessidade de mesclar a atividade pesqueira com atividade de agricultura familiar em tempos/espacos distintos para garantir a renda familiar.

A produtividade mensal da pesca torna-se significativa tanto em quilogramas (kg) de espécies capturadas, como em renda para as famílias³. A produção em quilogramas (kg) de espécies foi estimada em 6.057,74. Como retrata o gráfico1, essa produção segue uma regularidade durante os sete meses de pesca, porém há uma discrepância no mês de maior produtividade, que foi em abril, e os menores, em agosto e outubro.

Gráfico1: Produção mensal em Kg capturados entre março a outubro de 2019 por 14 unidades familiares de pescadores de São Geraldo do Araguaia, Pará, Brasil.



Fonte: Banco de dados do Propespa.

Pelo apontamento dos interlocutores da pesquisa, o período anual de maior registro se dá pelas condições do rio, ou seja, as muitas chuvas que configuram a região amazônica nesse período fazem com que o nível das águas se eleve e muitas espécies *reofilicas*⁴ e migratórias surjam para pesca.

Por outro lado, os meses de menor registro se dão por fatores distintos, no qual o principal é a presença de turistas que frequentam praias e acampamentos⁵ que na maioria das vezes sobrepõem a pesca, dessa forma a movimentação constante de embarcações no rio para transporte de turistas e o lazer dos mesmos dificulta a atividade da pesca.

Segundo os interlocutores, ao ouvirem a movimentação constante de embarcações e sons no rio, os peixes buscam abrigo nos pedrais e outros locais de difícil acesso dificultando assim a captura. Esse relato se reflete nas análises dos

³Gráfico1 e gráfico2 Retratam a produtividade mensal das n= (14) unidades familiares pesquisadas entre os meses que não compreendem o seguro defeso da pesca comercial.

⁴ São espécies de peixes que vivem em ambientes de correntezas e tem como característica a migração de grandes distâncias contra as correntezas dos rios para a reprodução.

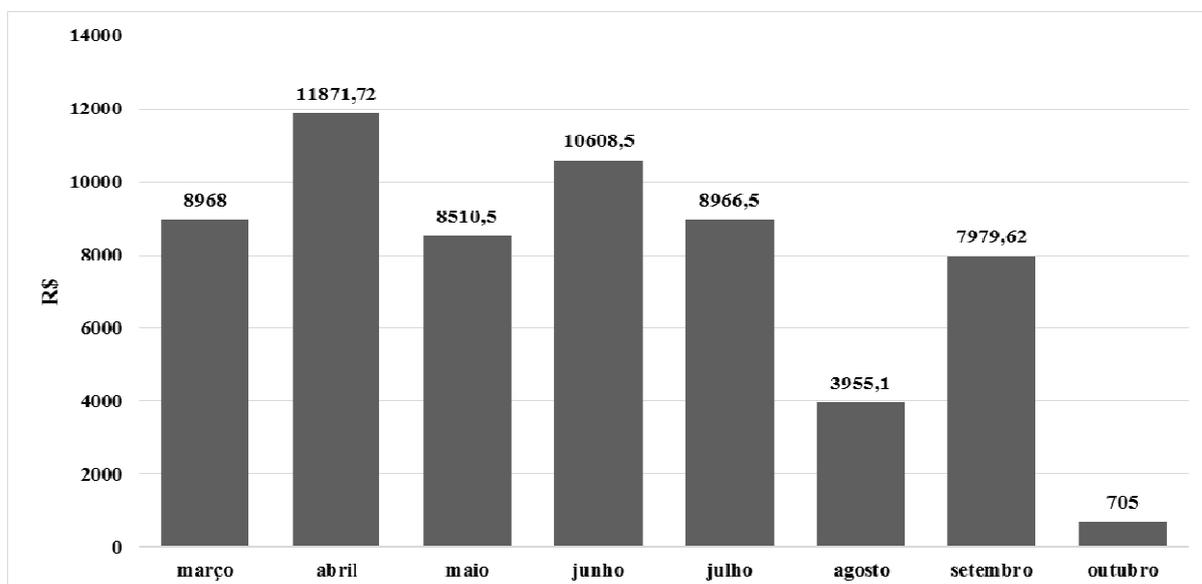
⁵ As praias são bastante frequentadas nos meses de julho e agosto.

dados sobre o mês de agosto, por exemplo, no qual representa declive significativo nos registros de pescas.

Outra justificativa se dá pela sobreposição de pontos de pesca, uma vez que os turistas usam os espaços do rio para atividades pesqueiras como forma de lazer. Ademais, destaca-se que as embarcações e materiais de pesca utilizados por turistas nesses períodos são de maior tecnologia em comparação aos apetrechos dos pescadores locais, esse aspecto representa a disparidade nas estratégias de capturas de peixes e, conseqüentemente, a diminuição do quantitativo de captura para os pescadores comerciais.

Respectivamente, como retrata o Gráfico2, o rendimento em R\$ da produção pesqueira acompanha o mesmo ritmo mensal da produtividade em quilogramas(kg). O rendimento total foi de R \$61.564,94, esses dados possibilitam uma estimativa considerável colocando a pesca em São Geraldo do Araguaia como uma atividade socioeconômica relevante.

Gráfico2: Renda mensal bruta em R\$ da produção capturada entre março a outubro de 2019 por 14 unidades familiares de pescadores de São Geraldo do Araguaia, Pará, Brasil.



Fonte: Banco de dados do Propespa.

A renda bruta envolve a comercialização mensal do pescado alcançada pelas N= (14) unidades familiares pesquisadas, no entanto, a pesquisa considera gastos fixos com combustível, alimentação e apetrechos de pesca. O substrato dessa análise indica que o lucro mensal médio de cada unidade familiar é de aproximadamente R\$500,00/mês.

Os dados da pesca apresentados no gráfico² acompanham a mesma oscilação mensal do gráfico¹, esse aspecto pressupõe que não há variedade significativa dos preços dos pescados pelos quantitativos de captura, ou seja, a pesquisa indica que há um acordo de pesca por um preço instável por quilograma(kg) do pescado independentemente da quantidade de captura.

Os agentes de pesca dessa pesquisa têm uma média de idade de 45,2 anos. Entre os pescadores e pescadoras que participaram no período da pesquisa, o mais velho tinha 66 anos e o mais novo 26. As crianças crescem aprendendo como nadar, remar e pescar. Esses fatos sugerem que as práticas, costumes e conhecimentos locais estão sendo transmitidos para as próximas gerações.

O substrato dessa pesquisa indica que as atividades socioeconômicas que a pesca de pequena escala e/ou de subsistência alcança é significativa para a economia local do município, por outro lado, como aponta Akama (2017), a construção do barramento da Usina Hidrelétrica de Tucuruí no Rio Tocantins já altera a ecologia trófica do Rio Tocantins e afluentes a montante. Nessa perspectiva, a alteração da cadeia trófica dos locais de pesca interfere diretamente na produtividade dos pescadores.

Os interlocutores da pesquisa, em unanimidade, relatam que há grande declínio na produção em comparação aos últimos 20 anos da pesca e advertem sobre os possíveis impactos da construção da Hidrovia Araguaia-Tocantins, como o fluxo de balsas, derrocamento e assoreamento do rio.

Sobre as principais espécies capturadas, apontamos os nomes populares do Pacu com 31,2% de captura; Curimatá com 11,8 %; Piau com 11,2%; Tucunaré com 8,5%; Carí com 08%; Fidalgo com 7,3%; Cachorra com 4,3%; Corvina com 2,6%; Barbado com 2,6%; Surubim com 2,6%; Jaraqui com 1,7%. Outras espécies que representam menos de 1% foram somadas e representam 08% (VALVERDE, 2020. P, 55).

Nas rodas de conversas, foram apresentados os dados aos pescadores por meio de boletins, em enquete aplicada com a imagem de cada espécie foi formulado o seguinte questionamento: (Nos últimos 20 anos, esse peixe aumentou, diminuiu, ou permaneceu a mesma quantidade de capturas?). Por unanimidade, os interlocutores afirmam diminuição das capturas.

O declive das espécies é apontado pelos interlocutores por várias razões, tais como aumento de pescadores e, conseqüentemente, aumento de embarcações no rio, o barramento da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, desmatamento do leito do rio, presença de pescadores esportivos etc.

A diminuição considerável da abundância de peixes no Rio Araguaia nos últimos anos dialoga com as discussões de (SOUZA, 2016) e (SANTANA et al, 2014), que dissertam sobre a pesca da região, cujo principal apontamento é a de que as alterações no meio ambiente advindas na bacia Araguaia-Tocantins têm influência explícita na abundância de diversidade dos peixes alvos de capturas de pescadores comerciais.

Os grandes empreendimentos, por outro lado, são apresentados tanto pelo poder público como pelo setor privado como desenvolvimento regional, porém, como Carnoy (1988) aponta, essa ideia de desenvolvimento traz aspectos do passado que possuem intuito de persuadir. Nessa perspectiva, o Estado, representado pelo poder público, perde sua razão social de intermédio entre os setores públicos e privados apontado por Iglesias, (2006).

Posicionamentos dessa natureza trazem ao Estado uma visão de estranhamento para uma sociedade crítica e filosófica, porém, reconhece-se que as atuações desse próprio Estado, dentro de suas razões democráticas e sociais, são indispensáveis para a organização social almejada (WAIZBORT, 2011, p. 54).

Nesse sentido, como aponta Ricupero (2005, p. 376), o Brasil esteve intimamente focado na superação do “subdesenvolvimento” que o passado colonial trouxe para América, no entanto, nota-se que os processos políticos democráticos se esquivaram desse esforço.

Esse desdém entre povo e Estado, pode ser o grande propulsor da efetivação das políticas dos grandes empreendimentos amazônicos que se torna uma realidade cada vez mais presente na vivência dos pescadores, por outro lado, é explícito pela pesquisa que muitos pescadores de São Geraldo do Araguaia-PA, seja pelo baixo índice de alfabetização ou pelos impasses em acessar e decodificar tecnologias digitais, sentem dificuldades em interpretar os processos burocráticos de acesso ao seguro defeso.

Os mesmos recorrem à secretaria das Colônias de pesca para que os processos burocráticos sejam encaminhados, porém essas demandas para as colônias perfazem por sobrecarregar as colônias que estão com seus recursos humanos defasados, o que compromete as atualizações dos dados do RGP de cada pescador e, conseqüentemente, contribui para o descompasso do benefício.

Nessa percepção, mesmo sendo apresentado dados significativos que estimam os pescadores de pequena escala ou de subsistência como classe

importante para a socioeconomia local⁶, nota-se que o poder público municipal desenvolve apenas ações superficiais direcionadas a essa classe trabalhadora, como exemplo da pintura da colônia Z-89, não efetivando políticas para suprir a defasagem de recursos humanos que atende o setor pesqueiro do município.

Nesse sentido, notamos que a Colônia Z-89, que atende boa parte dos pescadores associados da mesorregião, não possui infraestrutura para atender essa demanda burocrática, ou seja, não existe uma secretaria específica na colônia que possa analisar e encaminhar cada processo, o que, na maioria das vezes, é feita pelo próprio presidente da colônia, o que causa sobrecarga de trabalho.

A pesquisa ainda aponta adversidades para os pescadores que conseguem o benefício do seguro defeso, pois, segundo os interlocutores, o recurso dificilmente está disponível em tempo hábil para suprir as necessidades básicas das unidades familiares, sendo recorrente casos em que o recurso é disponibilizado até depois do encerramento do período defeso. Por isso, algumas famílias precisam mesclar a pesca com práticas de agricultura familiar.

Outro impasse que envolve o seguro defeso está vinculado ao próprio ciclo da pesca, pois os pescadores dependem do recurso financeiro para garantia dos apetrechos de pesca, manutenção e reparos das malhadeiras e embarcações. Quando não há recurso financeiro no período defeso e esses preparativos não ocorrem, o cimo da pesca comercial, que é garantida nos primeiros meses após a liberação, é totalmente comprometido para as unidades familiares afetadas.

Não hesitamos em dissertar que há grandes lacunas entre as ações institucionais do Estado para com a realidade dos pescadores de São Geraldo do Araguaia, porém, ressaltamos que a crítica nesse trabalho esteja direcionada, primeiramente, em expor os impasses que essa categoria enfrenta, para que, adicionalmente, as políticas públicas do Estado, que são fundamentais para a classe trabalhadora, possam se tornar cada vez mais efetivas.

CONCLUSÕES

As n= (14) unidades familiares de pescadores abordadas nesta pesquisa proporcionaram um panorama situacional da pesca em meio às ações do Estado em São Geraldo do Araguaia-PA. Nesse sentido, os caminhos metodológicos foram eficazes para alcançar os objetivos, todavia, adiantamos que é preciso maior

⁶ A socioeconomia gerada pela cadeia produtiva de pesca está exposta na Gráfico2, porém os números representam apenas as n= (14) unidades familiares que nos possibilitam fazer estimativas da importância socioeconômica da pesca de pequena escala para a mesorregião.

aprofundamento nas investigações com fomento em pesquisas para melhor compreensão da realidade dos sujeitos dessa mesorregião paraense.

A pesquisa, no entanto, aponta superficialidade das ações do poder público, identificado pela instituição do Estado, para com os pescadores *in situ*, especificamente com políticas públicas que sejam efetivas na garantia de acessibilidade, boa infraestrutura para condições de trabalho, além de incentivos para o setor no sentido de reconhecimento da pesca como trabalho gerador de renda familiar e visibilidade da circulação econômica que a atividade gera no município.

Para tanto, buscamos inserção de forma positiva nas organizações sociais já atuantes dessas comunidades no exercício da ética da pesquisa comprometida com a realidade social de sujeitos/populações. Com isso, foi possível refletir sobre alguns conflitos em que essa comunidade está inserida, bem como a superficialidade do acesso a políticas públicas.

Em suma, o substrato da pesquisa detecta que as ações do Estado são de fundamental importância para mitigar os atritos e conflitos que estão amalgamados ao cotidiano dos pescadores de São Geraldo do Araguaia-PA.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos prioritariamente aos pescadores e pescadoras do Baixo Araguaia, em especial aos situados em São Geraldo do Araguaia-PA; estendendo os agradecimentos à Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará- UNIFESSPA; ao Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia-PDTSA; à Coordenação e Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-CAPEL.

REFERÊNCIAS

AKAMA, Alberto. Impacts of the hydroelectric power generation over the fish fauna of the Tocantins river, Brazil: Marabá dam, the final blow. **Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG)**, Coordenação de Zoologia. Avenida Perimetral 1901, Campus de Pesquisa, Belém, PA, Brasil. v. 21, n. 3, 2017.

ALMEIDA, Alivinio de. **Hidrovia Tocantins-Araguaia: importância e impactos econômicos, sociais e ambientais segundo a percepção dos agentes econômicos locais**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2004.

BALDIN, Nelma; MUNHOZ, Elzira M. Bagatin. Educação ambiental comunitária: uma experiência com a técnica de pesquisa snowball (bola de neve). **REMEA-Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 27, 2011.

BECKER, Bertha K. Geopolítica da Amazônia. **Estudos avançados**, v. 19, p. 71-86, 2005.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Supremo Tribunal Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 8.286 de dezembro de 1991. Seguro Defeso de Pesca. Brasília-DF: **Palácio do Planalto**, 1991. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/127929/lei-8286-91> . Acesso em 06 de junho de 2021.

BRASIL. Lei nº 10.779 de 25 de novembro de 2003. Dispõe sobre a concessão do benefício de seguro desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal. Brasília-DF: **Palácio do Planalto**, 2003. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/busca?q=BRASIL.+Lei+n%C2%BA+10.779+de+25+d+e+novembro+de+2003>. Acesso em 06 de junho de 2021.

BRASIL. Lei nº 11.959 de junho de 2009. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca. Brasília-DF: **Palácio do Planalto**, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11959.htm . Acesso em 06 de junho de 2021.

CALEGARE, Marcelo Gustavo Aguilar; HIGUCHI, Maria Inês Gasparetto; FORSBERG, Sylvia Souza. Desafios metodológicos ao estudo de comunidades ribeirinhas amazônicas. **Psicologia & Sociedade**, v. 25, p. 571-580, 2013.

CARNOY, Martin. **Estado e Teoria política**. (equipe de trad. PUCCAMP) 2ª ed. Campinas: Papyrus, 1988.

CATELLA, Agostinho Carlos. Reflexões sobre a pesca esportiva no Pantanal Sul: crise e perspectivas. **Embrapa Pantanal-Artigo de divulgação na mídia (INFOTECA-E)**, 2004.

DE ALMEIDA GOUVEIA, N., DE LIMA, F. A., DE CASTRO SOUSA, M., & DOS SANTOS, M. A. S. . O seguro defeso do pescador artesanal: evolução dos recursos e beneficiários no estado do Pará. **Revista Monografias Ambientais**, 14(2), 75-85, 2015

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'ana. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Ática, 1983.

DUSSEL, E. Europa, modernidade e eurocentrismo. LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas. CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina; setembro. p. 33-49, 2005

ENGEL, Guido Irineu. **Pesquisa-ação**. Curitiba, n. 16. Editora da UFPR, 2000.

HÉBETTE, J.; MARIN, R. A. Estado e reprodução da estrutura social na fronteira: Ariquemes em Rondônia. In: HÉBETTE, Jean. **Cruzando a Fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. Vol. I. Belém. EDUFPA, p. 245-311, 2004.

HÉBETTE, J.; MARIN, R. A. Grandes projetos e transformações na fronteira *In: Cruzando a Fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia* Vol. III. Belém. EDUFPA, pp. 139-163, 2004.

IBGE. Informações retiradas do portal | Brasil em síntese | Pará | São Geraldo do Araguaia/Panorama elaborado por Índice Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/sao-geraldo-do-araguaia/panorama>>. Acesso em: 21/05/2019.

IGLESIAS, Enrique V. El papel del Estado y los paradigmas económicos en América Latina. **Revista de la CEPAL**, 2006.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky; PINTO, JaxNildo Aragão. A questão fundiária na Amazônia. **Estudos avançados**, v. 19, p. 77-98, 2005.

SANTANA; BENTES; HOMMA; OLIVEIRA E OLIVEIRA. **Influência Da Barragem De Tucuruí No Desempenho Da Pesca Artesanal, Estado Do Pará**. RESR, Piracicaba-SP, Vol. 52, Nº 02, p. 249-266, Abr/Jun 2014 – Imprensa em Agosto de 2014.

SANTILLI, Juliana. **AGROBIODIVERSIDADE E DIREITOS DOS AGRICULTORES/Juliana Santilli**. – São Paulo: Peirópolis, 2009.

SCHMITZ, Heribert; DA MOTA, Dalva Maria; PEREIRA, JoenesAntonio Guimarães. Pescadores artesanais e seguro defeso: reflexões sobre processos de constituição de identidades numa comunidade ribeirinha da Amazônia. **Amazônica-Revista de Antropologia**, v. 5, n. 1, p. 116-139, 2013.

SILVA, F.L; PENA, H.W.A; OLIVEIRA, F. A. **A dinâmica da Ocupação da Amazônia Brasileira: do interesse político e econômico aos conflitos sócio ambientais**. 2015. Eumed. Net

SOUZA, Cleide Lima de. **Conflito e enfrentamento diante das mudanças ambientais decorrentes da construção de barragem: memória coletiva e pesca artesanal no lago da UHE de Tucuruí/PA**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal Do Pará, Instituto De Ciências Biológicas, Programa De Pós-Graduação Em Ecologia Aquática E Pesca, Belém, 2016.

VALVERDE, Osmar CidilBatista. **Rios de conhecimento: práticas de pesquisa na educação do campo e com pescadores de São Geraldo do Araguaia e Piçarra, Pará, Brasil**.(2020). Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Campus Universitário de Marabá, Instituto de Ciências Humanas, Faculdade de Educação do Campo, Licenciatura em Educação do Campo, Marabá, 2020.

VIANNA, Heraldo Marelím. **Pesquisa em Educação: a observação / Heraldo Marelím Vianna**. – Brasília: Plano Editora, 2003.

PEDÓ, Jane Cláudia Jardim; DOS SANTOS, UlíciaAngela Fernandes. Concessão do seguro defeso: uma influência na vida do pescador. **Caderno de Graduação-Ciências Humanas e Sociais-UNIT-SERGIPE**, v. 2, n. 3, p. 183-194, 2015.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2001.

RICUPERO, B. Celso Furtado e o pensamento social brasileiro. **Memória: Estud. av.** v. 19, n. 53, 370-377, Abr 2005.

WAIZBORT, L. O mal-entendido da democracia: Sérgio Buarque de Hollanda, **Raízes do Brasil**, 1936. **RBCS**, v. 26, n. 76, p. 39-62, 2011.